



**Município de Vila Nova de Poiares**  
*Câmara Municipal*

3350-156 Vila Nova de Poiares – Telef. 239 420 850 - Fax. 239 421 800  
NIF 505 371 600 - E-mail: geral@cm-vilanovadepoiares.pt

---

**CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO 2017**

(n.º 1 do art.º 9º do dl 273/2009 de 1 de outubro)

**Associação Desportiva de Poiares**

O artigo 79.º da Constituição da República Portuguesa (CRP) determina que todos têm direito à cultura física, incumbindo ao Estado, em colaboração com as escolas e as associações e coletividades desportivas, promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, bem como prevenir a violência no desporto.

A promoção e o apoio ao desporto, consubstanciados na criação de condições de prática desportiva é uma das competências e obrigações das Autarquias Locais na prossecução dos interesses próprios, comuns e específicos das populações respetivas.

As autarquias desempenham um papel fundamental no desenvolvimento desportivo e no incremento da prática desportiva e necessitam, para a prossecução destes objetivos, de juntar esforços com várias entidades públicas e privadas, no sentido de atingir plenamente e de forma conjugada tais objetivos;

Importa estruturar as condições dessa atribuição e participação, sendo inequívoca a vantagem de garantir uma mais eficaz, lógica e transparente mobilização e utilização dos recursos públicos, com vista à sua otimização.

Neste contexto, o Município de Vila Nova de Poiares entende que as associações desportivas desempenham uma importante função social, sendo de realçar a sua inestimável contribuição para o desenvolvimento do desporto, bem como para o lazer e ocupação dos tempos livres das populações, nomeadamente, das camadas mais jovens e socialmente mais carenciadas.

A dotação daquelas entidades com meios e recursos que viabilizem a sua atividade regular e permitam a concretização de iniciativas e projetos de interesse comunitário, constitui um requisito que responsabiliza, não apenas os respetivos associados, mas também os Poderes Públicos: a Administração Central e as Autarquias.

O Município de Vila Nova de Poiares reconhece, deste modo, a importância e o trabalho dos dirigentes associativos para o progresso e desenvolvimento integrado do Concelho, na área desportiva.

Nesta conformidade, considera a Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares que os apoios consignados no presente contrato programa de desenvolvimento desportivo conferem à entidade beneficiária responsabilidades acrescidas, não só para os seus associados, mas também em relação à comunidade desportiva concelhia, traduzindo-se tais responsabilidades numa efetiva garantia do desenvolvimento regular das suas atividades e de um desempenho qualitativamente superior da sua função social.



Os apoios concedidos pelo Município de Vila Nova de Poiares identificam no clausulado do presente Contrato-programa as contrapartidas de interesse público, de acordo com o propugnado no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

O Estádio Municipal é uma das mais recentes instalações desportivas que, enquanto instalação desportiva de uso público, integram o património edificado do Município de Vila Nova de Poiares.

A Associação Desportiva de Poiares, associação privada sem fins lucrativos, é um clube com grandes tradições na modalidade de futebol, que se rege pelos mais altos valores éticos do desporto, contribuindo para uma correta formação da juventude e desempenhando um importante papel no desenvolvimento desportivo da população poiarense.

A função principal da Associação Desportiva de Poiares neste contrato-programa de desenvolvimento desportivo é a gestão do Estádio Municipal Rui Manuel Lima, de propriedade municipal, de acordo com as regras propugnadas no presente Contrato e em parceria e apoio do Município de Vila Nova de Poiares. Para além desta função principal, haverá também a cedência de utilização para treinos e jogos do Pavilhão Gimnodesportivo Municipal e Polidesportivo Relvado Sintético.

A Associação Desportiva de Poiares, tem promovido várias modalidades, desenvolvendo um excelente trabalho junto da população jovem do Concelho e que tem dignificado o nome de Vila Nova de Poiares, nas provas/competições nacionais em que participa.

É uma associação que se rege pelos mais altos valores éticos do desporto, contribuindo para uma correta formação da juventude e desempenhado um importante papel no desenvolvimento desportivo da população de Vila Nova de Poiares.

Assim, tendo em conta tudo o supra alegado, é outorgado entre:

**O MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE POIARES**, Pessoa Coletiva número 505 371 600, através da sua Câmara Municipal neste ato representada pelo seu Presidente, João Miguel Sousa Henriques, o qual outorga no uso dos poderes que lhe são conferidos pela alínea al. f) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e em cumprimento da deliberação tomada em reunião de Câmara de 06 de janeiro de 2016, adiante designado por primeiro outorgante.

E

**A ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE POIARES (ADP)**, Pessoa Coletiva número 501 540 180, com sede no lugar da Catraia das Necessidades, freguesia de Poiares (Santo André), em Vila Nova de Poiares, representada neste ato por Luís Miguel Almeida Santos, portador do cartão de cidadão número 11056049 3ZZ0, válido até 22/01/2015 e contribuinte fiscal número 202 833 852, e Jorge Manuel Antunes Ferreira de Carvalho, portador do cartão de cidadão número 070471162 0ZZ5, válido até 23/04/2018 e contribuinte fiscal número 172 879 590, respetivamente na qualidade de presidente e vice-presidente da direção os quais têm poderes



**Município de Vila Nova de Poiares**  
*Câmara Municipal*

3350-156 Vila Nova de Poiares – Telef. 239 420 850 - Fax. 239 421 800  
NIF 505 371 600 - E-mail: geral@cm-vilanovadepoiares.pt

para outorgar o presente contrato conforme verifiquei pelos estatutos e ata de Assembleia exibidos, adiante designado por segundo outorgante;

nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 7º, 46º e 47º da Lei 5/2007, de 16 de Janeiro (Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto) e 7º do Decreto-Lei n.º 237/2009, de 1 de outubro, o presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

**Cláusula 1.ª**

**Objeto**

- 1- Constitui objeto do presente contrato a atribuição de apoios à ADP, nos termos previstos no número seguinte.
- 2- A atribuição dos apoios consignados no presente contrato-programa tem como base o Programa de Desenvolvimento Desportivo apresentado pela ADP, que pretendem realizar no decurso da execução do presente contrato, que constitui o Anexo I deste contrato e dele faz parte integrante.
- 3- Os apoios a conceder no âmbito do presente contrato-programa têm uma componente:
  - a) **Não financeira**, através da cedência do Estádio Municipal Rui Manuel Lima, propriedade privada do Município de ora em diante designado apenas por Estádio, com vista à sua gestão, manutenção, conservação e utilização dos espaços assinalados na planta que constitui o Anexo II ao presente Contrato-programa e que deste faz parte integrante, tendo como objetivo a prossecução da prática e dinamização do Futebol no Concelho de Vila Nova de Poiares, destinando-se igualmente ao desenvolvimento e exercício das atividades desportivas estatutariamente cometidas à Associação. O espaço acima identificado é cedido de forma gratuita, durante o período compreendido entre a data da assinatura do presente contrato e da sua publicitação e 31 de Dezembro de 2017, cessando no final deste período todos os direitos e deveres nele consignados
  - b) **Não financeira**, através da cedência do Pavilhão Gimnodesportivo Municipal, propriedade privada do Município de ora em diante designado apenas por Pavilhão, com vista à sua utilização para treinos e jogos, tendo como objetivo a prossecução da prática e dinamização do Futsal no Concelho de Vila Nova de Poiares. O espaço acima identificado é cedido de forma gratuita, tendo como referência dois treinos semanais de duras horas de duração, jogos amigáveis programados e jogos oficiais de acordo com os calendários da Associação de Futebol de Coimbra, durante o período compreendido entre a data da assinatura do presente

contrato e da sua publicitação e 31 de Dezembro de 2017, cessando no final deste período todos os direitos e deveres nele consignados

- c) **Não financeira**, através da cedência do Polidesportivo Relvado Sintético, propriedade privada do Município de ora em diante designado apenas por Polidesportivo Sintético, com vista à sua utilização para treinos e jogos, tendo como objetivo a prossecução da prática e dinamização do Futsal e Futebol nos escalões de petizes e traquinas no Concelho de Vila Nova de Poiares. O espaço acima identificado é cedido de forma gratuita, tendo como referência dois treinos semanais de uma hora de duração e jogos amigáveis programados, durante o período compreendido entre a data da assinatura do presente contrato e da sua publicitação e 31 de Dezembro de 2016, cessando no final deste período todos os direitos e deveres nele consignados.
- d) **Financeira** com vista à implementação e realização das actividades propostas pela ADP que se encontram anexo ao presente contrato.

#### **Cláusula 2.<sup>a</sup>**

##### **Período de execução do programa**

O prazo de execução do presente contrato-programa inicia a 1 de janeiro de 2017 e termina em 31 de Dezembro de 2017.

#### **Cláusula 3.<sup>a</sup>**

##### **Comparticipação não Financeira**

O Município atribui à ADP a cedência da gestão do Estádio e a cedência de horários para treinos e jogos de futsal e futebol infantil do Pavilhão Gimnodesportivo Municipal e Polidesportivo Relvado Sintético, com vista ao desenvolvimento de projetos, programas e atividades físicas e desportivas em particular da prática e fomento do futebol e futsal na sua vertente competitiva através da sua Escola de Futebol de modo a incrementar a prática desportivo da população em geral e dos associados do clube.

#### **Cláusula 4.<sup>a</sup>**

##### **Comparticipação Financeira**

A participação financeira a prestar pelo Município à segunda outorgante, no âmbito do presente contrato, é de €18.000,00 (dezoito mil euros), a disponibilizar em tranches mensais, tendo sempre em conta a disponibilidade financeira do Município de Vila Nova de Poiares.



**Município de Vila Nova de Poiares**  
*Câmara Municipal*

3350-156 Vila Nova de Poiares – Telef. 239 420 850 - Fax. 239 421 800  
NIF 505 371 600 - E-mail: geral@cm-vilanovadepoiares.pt

---

**Cláusula 5.ª**

**Direitos e Obrigações do primeiro outorgante**

- 1- O primeiro outorgante tem o direito de:
  - a) Exigir à segunda outorgante a entrega dos relatórios que este deva elaborar e bem assim solicitar todas as informações necessárias às verificações do cumprimento da execução do programa e a boa aplicação das verbas disponibilizadas;
  - b) Fiscalizar a execução deste contrato-programa obtendo da segunda outorgante todos os elementos considerados necessários para o efeito;
  - c) Suspender o pagamento da comparticipação financeira a que se obrigou em caso de incumprimento, pela segunda outorgante, das obrigações assumidas por via do presente contrato;
- 2- É dever do primeiro outorgante disponibilizar à segunda a comparticipação financeira destinada à execução do programa proposto, nos montantes e prazos estabelecidos na cláusula quarta. Contudo existindo despesas inerentes na funcionalidade do Estádio como água, eletricidade e gás, estas serão contabilizadas e deduzidas nos montantes mensais a disponibilizar à ADP.
- 3- No caso de utilização do Estádio por parte do Município ou outras entidades, será contabilizado o valor dessa utilização, estipulado através do Regulamento Geral de Funcionamento das Instalações Desportivas do Município de Vila Nova de Poiares. Esse valor será compensado à ADP, através de transferência da respetiva verba ou o acerto na tranche mensal a transferir para a ADP, não prejudicando assim a ADP nas despesas inerentes à funcionalidade do Estádio por outras entidades.
- 4- É dever do primeiro outorgante procurar conciliar com o segundo outorgante todas as iniciativas ou utilizações promovidas pelo Município ou outra entidade que demonstre interesse no desenvolvimento de outros eventos, de forma a não existir nenhuma sobreposição de atividades entre qualquer interessado em utilizar as instalações desportivas.

**Cláusula 6.ª**

**Direitos e Obrigações da segunda outorgante**

1. A Associação Desportiva de Poiares tem direito:
  - a) A utilizar todos os espaços que compõem o Estádio.
  - b) A receber todas as receitas líquidas de bilheteira de jogos oficiais e também dos alugueres regulares ou pontuais geradas pela utilização da instalação desportiva, no pressuposto da sua



determinação pelo princípio do equilíbrio económico de exploração, tendo como referência o Regulamento Geral das Instalações Desportivas Municipais,

2. Tem também as seguintes obrigações:

- a) Responsabilizar-se pelo pagamento dos recursos necessários ao funcionamento do Estádio nomeadamente relativos ao serviço de limpeza, seguros inerentes às atividades, segurança e vigilância que digam diretamente respeito ao seu funcionamento.
  - b) Compromete-se no âmbito da sua atividade a manter o espaço em perfeito estado de asseio, conservação e segurança.
  - c) Não poderá ceder a terceiros ou de qualquer modo alienar os direitos que lhe são conferidos pelo presente Contrato-Programa.
  - d) Respeitar as normas legais e regulamentares inerentes ao funcionamento do Estádio.
  - e) Ceder à Câmara Municipal a utilização do Estádio, prioritariamente e sem qualquer obstáculo, para a realização de eventos implementados que revistam manifesto e fundamentado interesse municipal, nacional ou internacional, organizados pelo próprio Município ou por entidades indicadas pelo mesmo, desde que comunicados com a devida antecedência.
  - f) Informar por escrito, o Município sempre que ocorram situações anómalas respeitantes ao funcionamento das instalações.
  - g) Apresentar à Câmara Municipal, um relatório trimestral das atividades desenvolvidas, com o mapa de execução das receitas e despesas da utilização mensal da instalação.
  - h) Sujeitar-se a ações de natureza inspetiva e fiscalizadora que sejam determinadas pelo primeiro outorgante, destinadas à aferição do efetivo cumprimento das obrigações assumidas com a celebração do presente contrato-programa.
  - i) Apresentar ao primeiro outorgante, logo que concluído o programa de desenvolvimento desportivo, um relatório final sobre a execução do contrato-programa;
  - j) Incluir nos seus relatórios anuais de atividades uma referência expressa à execução do contrato-programa.
  - k) Participar em reuniões promovidas pelo primeiro outorgante e disponibilizar atletas para a realização de jogos, eventos ou desfiles, nomeadamente nos dias de 13 de janeiro (Dia do Município), de Carnaval, 25 de Abril e outros para os quais sejam convidados;
3. A utilização pela Associação Desportiva do espaço não poderá colidir com a realização de eventos de qualquer natureza que sejam direta ou indiretamente promovidos ou apoiados pelo Município sem prejuízo das partes se comprometerem, desde já, a envidar os melhores esforços no sentido de harmonizar os seus interesses e necessidades.
4. Sem prejuízo das obrigações que antecedem, facultar ao primeiro outorgante, sempre que solicitado, para efeitos de validação técnico-financeira, os documentos de despesa, legal e fiscalmente aceites, que demonstrem os pagamentos efetuados no âmbito da execução do programa;
5. Realizar, em todas as épocas desportivas, pelo menos um torneio de âmbito nacional anual para cada escalão de formação.



**Município de Vila Nova de Poiares**  
**Câmara Municipal**

3350-156 Vila Nova de Poiares – Telef. 239 420 850 - Fax. 239 421 800  
NIF 505 371 600 - E-mail: geral@cm-vilanovadepoiares.pt

---

6. Apresentar anualmente ou semestralmente o seu plano e calendário de actividades de eventos, ao Município.
7. Participar, com pelo menos um elemento, nos eventos promovidos pelo primeiro outorgante no âmbito da formação de dirigentes e treinadores;
8. Promover a igualdade de género no desenvolvimento da sua atividade e providenciar informação nesta área ao Conselheiro Municipal para a Igualdade de Género;
9. Colaborar com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), participando em reuniões conjuntas de trabalho, providenciando informações necessárias para o bom desenvolvimento das atividades e ações de intervenção, quando solicitado;
10. Participar em reuniões do Associativismo Local, quando convocado, de forma a programar a intervenção conjunta de atividades;
11. Participar em reuniões dos Conselhos Municipais que tenham assento;

**Cláusula 7.ª**

**Custo do Programa**

O custo previsto do programa apresentado pela ADP estima-se em € 48.600 (quarenta e oito mil e seiscentos euros) valor este que será parcialmente participado pelo primeiro outorgante nos termos das cláusulas 1.ª e 4.ª.

**Cláusula 8.ª**

**Alterações ao presente Contrato Programa**

- 1- O presente contrato-programa pode ser modificado ou revisto por livre acordo das partes.
- 2- Poderá também ser revisto unilateralmente pelo Município por imposição legal.
- 3- É sempre admitido o direito à revisão do contrato quando, em virtude de alteração superveniente e imprevista das circunstâncias, a sua execução se torne excessivamente onerosa para a entidade beneficiária da comparticipação financeira, qualquer dos ou manifestante inadequada à realização do interesse público.
- 4- O outorgante que tiver interesse na revisão do contrato envia ao outro uma proposta fundamentada, devendo este pronunciar-se no prazo máximo de 30 dias.
- 5- Quaisquer alterações ou aditamentos ao presente Protocolo, deverão ser obrigatoriamente reduzidas a escrito, considerando-se inexistentes as que não cumprirem este formalismo.

### **Cláusula 9.<sup>a</sup>**

#### **Resolução do Contrato**

1. O incumprimento não fundamentado das obrigações previstas na cláusula sexta confere ao primeiro outorgante o direito de resolver o presente contrato e ordenar a desocupação do espaço cedido, designadamente se se verificarem as seguintes circunstâncias:
  - a) A utilização das instalações para outro fim que não o previsto no presente contrato-programa;
  - b) A transmissão do direito conferido pela primeira outorgante a qualquer outra entidade.
2. Igual direito assistirá também ao primeiro outorgante caso se comprove terem sido prestadas, pelo segundo outorgante, falsas declarações ou informações com repercussão direta no cálculo do valor da comparticipação.
3. Caso não execute o protocolado poderá a entidade financiada repor/devolver o apoio concedido, nos termos infra indicados:
  - a) No caso de ausências injustificadas a reuniões para as quais convocados, haverá uma penalização até 75% no âmbito das tranches, relativas às transferências financeiras.
  - b) Caso exista incumprimento injustificado no desenvolvimento das suas atividades, poderá haver penalizações até 100% no âmbito das tranches, relativas às transferências financeiras.

### **Cláusula 10.<sup>a</sup>**

#### **Prazo de Vigência**

O presente Contrato-programa vigora de 1 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017

### **Cláusula 11.<sup>a</sup>**

#### **Disposições Finais**

1. Em caso de diferendo sobre a interpretação do presente contrato-programa as partes desenvolverão esforços de boa-fé para encontrar uma solução.
2. Os litígios emergentes da execução do contrato-programa serão submetidos a arbitragem, nos termos do disposto no art.º 31º do Decreto-Lei nº 273/2009 de 1 de outubro.
3. Em tudo o que não esteja especialmente previsto no presente contrato-programa aplica-se subsidiariamente e com as necessárias adaptações, o previsto no Regulamento Geral das Instalações Desportivas Municipais, em vigor desde 12 de março de 2014., nomeadamente quanto às condições gerais e regras de conduta no estádio, a responsabilidade quanto aos danos verificados no material e equipamento, a publicidade nas instalações e a responsabilidade civil criminal e contraordenacional.
4. No final do contrato-programa o equipamento desportivo deve ser entregue ao Município, nas condições em que foi recebido.



**Município de Vila Nova de Poiares**  
*Câmara Municipal*

3350-156 Vila Nova de Poiares – Telef. 239 420 850 - Fax. 239 421 800  
NIF 505 371 600 - E-mail: geral@cm-vilanovadepoiares.pt

---

**Cláusula 12.ª**

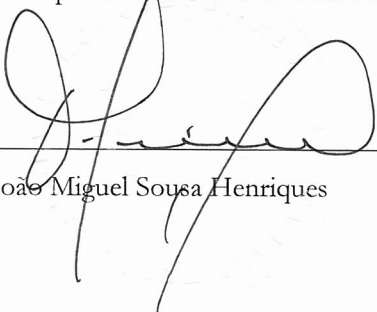
**Número sequencial de compromisso**

O valor a atribuir ao abrigo do presente Contrato-programa será satisfeito pela seguinte dotação, em vigor e na qual tem cabimento no orçamento: na classificação económica 040701 e na classificação orgânica 0102 e ao qual foi atribuído o número de compromisso válido e sequencial 18658/2017 em conformidade com o previsto no artigo 5º da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro de 2012, alterada e republicada pela Lei nº 21/2015 de 17 de março.

O presente Contrato-Programa é celebrado em 2 vias ficando uma para cada uma das partes outorgantes

Vila Nova de Poiares, 13 de janeiro de 2017

O Município de Vila Nova de Poiares



---

João Miguel Sousa Henriques

A Associação Desportiva de Poiares

Luís Miguel Almeida Santos

O Presidente Direção da ADP

Luís Miguel Almeida Santos



---

O Vice - Presidente Direção da ADP

Jorge Manuel Antunes Ferreira de Carvalho

